

## • Constituinte

PARTIDOS

### Maciel tenta diminuir a força de Lourenço na liderança do PFL

por Marcos Magalhães de Brasília

O presidente do PFL, senador Marco Maciel (PE), entrou definitivamente em rota de colisão com o líder do seu partido na Câmara dos Deputados e na Constituinte, José Lourenço (BA). Depois de procurar o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), para desautorizar a liderança de Lourenço, na noite de quarta-feira, ele estimulou a confecção de um abaixo-assinado que lhe procura delegar poderes para negociar em nome do PFL na Constituinte.

O documento leva a assinatura dos ex-ministros Jorge Bornhausen, da Educação, e Francisco Dornelles, da Fazenda. Também o apoiaram nomes importantes como o do senador Carlos Chiarelli e dos deputados Joaquim Francisco, Sandra Cavalcanti e Alceni Guerra. Ao todo, porém, são apenas 25 parlamentares, um quinto da bancada de 125 deputados e senadores do PFL.

Na verdade, o abaixo-assinado serve mais para balizar a dissidência do partido que para tentar, de fato, substituir Lourenço por Maciel nas negociações com o PMDB e os demais partidos na Constituinte. "Somos 25 parlamentares que contamos com credibilidade", afirma o senador Jorge Bornhausen (SC), "enquanto o atual líder é um irresponsável que só cria problemas para a legenda".

A resposta de Lourenço é dura. "Os políticos precisam aprender a ter vergonha", agride o deputado, recordando o passado governista dos dois principais senadores que o acusam, Maciel e Bornhausen. "Enquanto eles estavam lá, mandando nas tetas do governo, eu era o ótimo líder. O senador Maciel me ligava todos os dias, quando ocupava a Casa Civil, para me pedir para defender os seis anos de mandato para o presidente Sarney", conta.

O deputado José Lourenço optou por dois caminhos paralelos no combate ao grupo de Maciel. Ontem à tarde, começou a colher assinaturas a um documento que lhe transmite total apoio e o mantém na liderança do PFL. Ele anunciou, por outro lado, que pretende convocar o diretório



Marco Maciel

rio nacional do partido para destituir Maciel da presidência. "Vamos colocá-lo no olho da rua", prometeu.

Por trás do bate-boca, cresce uma briga surda dentro do PFL. Por um lado, Maciel deseja convocar uma convenção do partido para decidir que postura adotar diante do governo — ele pessoalmente deseja que o PFL adote uma linha de independência. Por outro, reunido em torno de José Lourenço, há grande fidelidade ao Palácio do Planalto. Convenção Nacional antes das eleições municipais, argumenta-se neste grupo, seria suicídio político.

Signatário do documento à Nação que criou a Aliança Democrática, e fundador do PFL, o senador Marco Maciel, após ocupar o Ministério da Educação e o Gabinete Civil durante o governo Sarney, procura agora afirmar-se em uma raia própria. O seu mais fiel aliado, Jorge Bornhausen, afirma que ele pode ser candidato à Presidência da República no ano que vem. "Basta que ele consiga uma boa vitória no Recife neste ano", condiciona o senador.

Com um olho em Pernambuco e outro em Brasília, Maciel acredita que, a curto prazo, o mais importante é marcar posição na Constituinte. "O PFL não deveria ter tomado posições equivocadas, como a defesa da anulação de tudo que já foi feito até agora", alerta o senador, numa alusão à sugestão de José Lourenço de "zerar" a Constituinte. "Não podemos perder o equilíbrio, mas precisamos mostrar que está na hora de dar nitidez ao nosso ideário, montando uma estratégia mais consentânea com o liberalismo que está na origem do nosso partido."

SEGUNDO TURNO

### Plenário começa a votação das emendas supressivas

por Adriana Vera e Silva de Brasília

Um dia depois de ter aprovado em bloco o projeto constitucional votado no primeiro turno, a Assembleia Nacional Constituinte realizou ontem a primeira sessão de votação das emendas destacadas para a segunda rodada de apreciação do projeto pelo plenário. Foram aprovadas três modificações no texto. Nenhuma delas se refere aos pontos polêmicos que ainda podem ser alterados na nova Carta.

A votação parou no início do artigo 5º, que faz parte dos direitos e deveres individuais e coletivos. Neste artigo, que contém oitenta incisos, estão diversos pontos polêmicos, que deverão ser votados na próxima semana.

O plenário aprovou, ontem, o Preâmbulo e o Título I da nova Constituição, que se referem aos princípios fundamentais do País.

Foram retirados do texto dois termos: "a convivência pacífica com a humanidade" e a garantia da "independência", este último

### Ulysses exige presença

O Preâmbulo e o Título I da Constituição já estão prontos. Foram aprovados ontem, em segundo turno, uma sessão na qual só passaram os dispositivos incluídos no acordo das lideranças.

Somente na próxima quarta-feira deverá haver quórum para votar, porque de domingo a terça, o Presidente da Constituinte ocupará a presidência da República. Segundo a Agência Globo, prevendo as dificuldades de conseguir

mo sob a argumentação de que a defesa da soberania nacional já faz parte do projeto da nova Constituição.

A votação de ontem seguiu os acordos dos líderes partidários que se reuniram pela manhã. Além de discutirem os pontos polêmicos, os líderes acertaram um esquema para a ordem de votação das emendas pelo plenário du-

rário nas próximas semanas, diante da escalada das campanhas eleitorais. Ulysses apelou aos constituintes para que aceitem estender as sessões até as 22 horas, ou, se necessário, até a madrugada. "As suas senhoras, em casa, terão pelo Diário da Constituinte a documentação de que vossas senhorias estão realmente aqui, trabalhando pelo País", assegurou Ulysses, bem-humorado.

rante o segundo turno.

Por este esquema, serão votadas em primeiro lugar as emendas que se referem aos temas onde não existe acordo. Depois, vão ser votadas aquelas que os grupos partidários desejam, por consenso, retirar, ou seja, os líderes vão tentar convencer os autores a retirar as emendas. Caso eles não aceitem, correm o risco de ver sua proposta ser

rejeitada por ampla maioria.

Os líderes decidiram que serão votadas por último as emendas onde existe acordo pela aprovação.

Na reunião de ontem, os líderes decidiram também que vão reunir-se para discutir acordos às segundas-feiras das 13 às 15 horas. De terça-feira a quinta-feira as reuniões de lideranças serão realizadas pela manhã, até às 13 horas. Haverá sessão de votação após essas reuniões, onde serão fechados acordos. Nos temas em que não houver acordo, a decisão vai ser dada pelo voto. Cada emenda precisa obter pelo menos 280 votos para ser aprovada.

Das seis emendas postas em votação na sessão de ontem, três foram aprovadas por serem fruto de acordo, uma foi retirada pelo autor depois que os líderes encaminharam contra a proposta, outra foi rejeitada e a última deverá ser apreciada novamente na segunda-feira, pois havia apenas 227 constituintes no plenário quando ela foi posta em votação.

### Líderes partidários e governo fecham acordo sobre vinte pontos

por Adriana Vera e Silva de Brasília

As bancadas do PMDB, PFL, PDS e do governo federal na Assembleia Constituinte já têm uma lista com cerca de vinte tópicos em que deverão ser fechados acordos no segundo turno de votação da Assembleia. As negociações entre os líderes partidários vão anteceder toda as votações do segundo turno, como objetivo de apressar a promulgação da nova Constituição.

Entre as questões polêmicas onde devem ser fechados acordos está: a licença paternidade, o limite de 12% para a cobrança anual de juros, a supressão da anistia para as dívidas contraídas por micro e pequenos empresários e pequenos e médios produtores rurais durante o Plano Cruzado e de anistia de juros e outros encargos para os devedores de impostos e emissão de patentes de produtos industriais nacionais; a supressão da moção de censura a ministros de Estado; a retirada do texto da nova Constituição da estabilidade para os servidores públicos admitidos mesmo sem concurso público, após cinco anos de trabalho; e supressão da possibilidade de os aposentados optarem pela carreira que lhes for mais eficiente, mesmo se o cargo já estiver extinto.

Nestes pontos, cada uma das partes cedeu um pouco, muitos dos acordos remetem para as legislações complementar e ordinária a definição de questões polêmicas como o prazo da licença-paternidade, o limite para a cobrança de juros anuais e a delimitação dos serviços considerados essenciais, onde não poderá ser exercido o direito de greve.

Em outras partes do texto constitucional aprovado no primeiro turno ainda não foi obtido o consenso entre os diversos grupos que participam da Assembleia Constituinte. E o caso

da jornada máxima de seis horas diárias de trabalho nos locais de funcionamento ininterrupto. Se não forem fechados acordos sobre esta e outras questões, a decisão será tomada pelo voto dos constituintes. Cada emenda supressiva precisa ter um mínimo de 280 votos para ser aprovada.

Na próxima segunda-feira, recomeçam as negociações dos líderes partidários e a votação das emendas destacadas para o segundo turno. É provável que na próxima semana seja votado pelo plenário apenas o artigo 5º, que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos.

Este artigo é um dos mais extensos do texto aprovado no primeiro turno e contém uma série de temas polêmicos, o que pode estender sua votação por toda a semana. Além disso, como o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, terá de assumir a Presidência da República entre este domingo e a próxima quarta-feira — devido à viagem do presidente Sarney a Bolívia — é provável que as votações na Constituinte sejam suspensas durante aquele período.

Estão no artigo 5º os seguintes temas polêmicos: A instituição do habeas data (o direito dos cidadãos de tomarem conhecimento e corrigirem informações de quaisquer órgãos públicos a seu respeito); a organização das cooperativas, que está dentro da organização das associações e é considerada como parte da ordem econômica; a desapropriação em dinheiro das propriedades; a emissão de patentes de inventos industriais nacionais; a pena de morte; o instituto do direito adquirido (muitos constituintes querem a sua supressão porque a nova Carta modificou os direitos hoje vigentes); o enquadramento dos crimes de terrorismo e tráfico de entorpecentes como inafiançáveis.

## O texto da nova Constituição

Esta é a íntegra aprovada ontem pela Assembleia Nacional Constituinte, em segundo turno:

### PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida com a solução pacífica das controvérsias, na

ordem interna e internacional, promulgamos, sob a proteção de Deus, esta Constituição da República Federativa do Brasil.

### TÍTULO I

Dos princípios fundamentais  
Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, do Distrito Federal e dos Territórios, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:  
I — a soberania;  
II — a cidadania;  
III — a dignidade da pessoa humana;  
IV — os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;  
V — o pluralismo político.

Parágrafo único — Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I — garantir o desenvolvimento nacional;  
II — construir uma sociedade livre, justa e solidária;  
III — erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;  
IV — promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e

quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil fundamenta suas relações internacionais nos seguintes princípios:

I — independência nacional;  
II — prevalência dos direitos humanos;  
III — autodeterminação dos povos;  
IV — não-intervenção;  
V — igualdade entre os Estados;  
VI — solução pacífica dos conflitos;  
VII — defesa da paz;  
VIII — repúdio ao terrorismo e ao racismo;  
IX — cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

### AGENDA

Ontem	Hoje
<p>• PRIMEIRA SESSÃO — A Assembleia Nacional Constituinte realizou ontem a primeira sessão de votação das emendas destacadas para o segundo turno. Foram votados o Preâmbulo e o Título I do texto constitucional, com pequenas modificações que não tratam das questões polêmicas.</p>	<p>• VOTAÇÕES — Não haverá sessão, pois o cronograma oficial de votação da Constituinte em segundo turno não prevê sessões nas manhãs de sexta-feira. Os constituintes só voltam a votar o texto na nova Carta na próxima segunda-feira, a partir das 13,30 horas conforme o cronograma.</p>